



DEMITIDOS DA VIDA: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-SOCIAL DOS SUJEITOS DA BASE DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS DO RIO GRANDE DO SUL (MTD)¹

Rita de Cássia Fraga Machado - UFRGS²

Agencia Financiadora: CNPq – Bolsa de Mestrado

Resumo: O texto se propõe a reflexão, resultado de uma dissertação de mestrado, numa perspectiva histórico-social sobre o tema sujeitos e Movimentos Sociais. Quem são os sujeitos da base do Movimento dos Trabalhadores Desempregados do Rio Grande do Sul. Perguntamo-nos centralmente: quem são estes sujeitos? Seriam trabalhadores desempregados? Reconhecem-se como desempregados? Como se constituem sujeitos sociais no Movimento? De um ponto de vista histórico e social, podemos considerá-los desempregados? Onde, de forma singular, estes sujeitos manifestam resistência, acomodação, conformismo, criatividade, adaptação, desterritorialização /territorialização bem como diálogos e antidiálogos nas relações de poder que os constituem como excluídos. Indaga-se a possibilidade, a partir deste estudo, da construção de novas relações sociais, baseadas no diálogo levando, assim, estes sujeitos a se debaterem com a questão de “uma organização social”. As reflexões pretendidas irão se referir aos sujeitos pertencentes a um coletivo do MTD que existe a nove anos num assentamento de Reforma Agrária, no sul do Brasil. Esta pesquisa se desenvolveu a partir dos princípios da pesquisa ação participante e envolveu 100 trabalhadores desempregados, pertencentes ao assentamento Portal dos Pinheiros- Gravataí - RS.

Palavras-chave: Movimento Social, Movimento dos Trabalhadores Desempregados e Sujeitos Coletivos.

É difícil defender só com palavras a vida (ainda mais quando ela é esta que se vê, Severina). João Cabral de Melo Neto

O contexto: aspectos históricos e sociais

Para uma melhor compreensão da constituição do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, é necessário trazer alguns elementos históricos. Trata-se, pois, de uma

¹ Este texto foi desenvolvido a partir da dissertação de mestrado defendida por Rita de Cassia Machado, intitulada Demitidos da vida: Quem são os sujeitos da base do MTD? Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, 2009, elaborada sob a orientação do Professor Dr. Jorge Alberto Rosa Ribeiro professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS e atual coordenador do programa. Este trabalho de pesquisa foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento a Pesquisa - CNPq.

² rita.machado@ufrgs.br

análise/resgate da realidade concreta que serviu como berço de “gestação” do movimento (MTD).

a) A colonização do Brasil

Neste resgate iremos compreender a colonização brasileira como uma experiência histórica do capitalismo; portanto, parafraseando Pedrão (2009), o período colonial no Brasil corresponde a uma etapa da formação da economia capitalista em que o capital se acumulou mediante um uso sistemático de colônias, transformando os recursos naturais e homens em mercadorias. O colonialismo moderno brasileiro constitui a maior contradição com as pretensões de civilização e de efeito civilizatório, porque se sustentou na máxima contradição ética, que é o direito sobre a vida de outros, na forma da escravidão e na do extermínio de grupos dominados. Aqui interessa especialmente resgatar este aspecto do colonialismo, pois foi em consequência dele que se originou o processo profundo de marginalização dos grupos que hoje são conhecidos como excluídos. É este aspecto que também sustenta o argumento utilizado por nós: o de que estes sujeitos são resultados de um processo histórico de exclusão social, colocando-se em mobilidade permanente, pois, para fugir dos processos de escravidão em busca de dignidade, os negros migravam permanentemente. Portanto, neste período colonial teve início de forma agressiva e intensa a opressão destes grupos: negros, pobres, indígenas, etc.

b) A expansão capitalista no Brasil

A análise aqui pretendida se refere à concepção de “território”. Esta perspectiva será definida com base no processo de expansão do capitalismo no Brasil, sendo caracterizada então pela adoção do conceito de “desterritorializados”³ como uma característica marcante dos sujeitos em estudo. O território, para Santos (2009, p. 114), é determinante, pois ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação da herança e a indagação do presente e do futuro. A existência naquele espaço exerce um papel revelador sobre o mundo.

É preciso destacar ainda outro aspecto que se deve à expansão de práticas capitalistas, onde o sistema produtivo se apropria de práticas não-assalariadas ou de

³ “Desterritorializados” foi a metáfora que utilizamos para nos referirmos a estes sujeitos que sempre estiveram à procura de territórios. Todos os entrevistados, durante sua vida, até encontrar o assentamento, estiveram em permanente mudança de território, ou seja, mudaram-se muitas vezes ao longo de suas vidas.

superexploração⁴ do trabalho, visando sua reprodução e superexplorando ao máximo os sujeitos empobrecidos. Isto se refere a práticas como trabalho explorado sem nenhum direito social, os famosos “bicos”, o trabalho infantil, a prostituição de menores de idade e tantos outros aspectos que podemos caracterizar como servindo á expansão do sistema. Tais são os casos mencionados pelos sujeitos da pesquisa: “*nunca tive minha carteira assinada*”, “*sempre tivemos que trabalhar, desde os 7 anos de idade*”, “*mudei mais ou menos umas 17 vezes em busca de trabalho, e melhores condições de vida para minha família*”, “*tive que me casar com 12 anos*”. Histórias assim se referem ao processo de expansão do capitalismo no Brasil. Importa destacar estes dois aspectos fundamentais da expansão capitalista no Brasil, pois eles nos ajudam a construir uma compreensão histórica e social sobre quem são os sujeitos presentes no MTD.

c) A fase do neoliberalismo no Brasil

Vamos desagregar a fase neoliberal em dois elementos para compreendermos as relações complexas que ela entretém com as diferentes frações burguesas e poder para podermos avaliar, em seguida, os impactos destas relações nos mais pobres, sujeitos desta pesquisa.

O primeiro e permanente elemento da política neoliberal que atende ao interesse do conjunto da burguesia e do imperialismo é a política de desregulamentação do mercado de trabalho, de redução de salários e de redução ou supressão de gastos e direitos sociais⁵. Todas as empresas capitalistas, pequenas ou grandes, industriais, comerciais ou agrícolas, nacionais ou estrangeiras, tiram proveito, em grau maior ou menor, de maneira direta ou indireta, dessa redução dos custos salariais e dos direitos sociais. Aqui os direitos sociais são algo realmente fora de alcance destes sujeitos, que ficam impossibilitados de acessar qualquer política pública.

O segundo componente da política neoliberal e que é mais excludente que o primeiro, pois marginaliza uma parte muito grande da população brasileira, é a fração hegemônica no bloco no poder do capital. A política de abertura comercial e a de desregulamentação ou abertura financeira são duas políticas que se encontram associadas, tendo sido motivo de muita disputa no interior da burguesia na primeira fase do modelo neoliberal (1990-1999). Apenas o setor bancário do capital monopolista e o capital imperialista têm seus interesses plenamente contemplados por essa política mais

⁴ Superexploração neste contexto significa não ter seus direitos garantidos sendo obrigados a trabalhar por migalhas numa condição subhumana, significa também muitas vezes em não ter o trabalho propriamente dito.

⁵ Para a análise do bloco no poder no período anterior ao governo Lula, retomamos as ideias que Boito Jr. desenvolveu na primeira parte do livro *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil* (Boito Jr., 2002).

restrita (Boito Jr., 2002). A pouca política social se reduz indiscutivelmente ao “financeiro” dos bancos e ao capital especulativo; qualquer política fora desta proposta é descartada.

O Movimento

O MTD surgiu a partir de um longo processo de discussão, organização e experiências acumuladas desde 1995⁶, refletindo a necessidade de criar uma organização urbana capaz de aglutinar a parcela mais empobrecida da sociedade, que são os desempregados das classes populares. As primeiras experiências se deram no Rio Grande do Sul, em 2000⁷, com acampamentos urbanos, lutando por Assentamentos Rururbanos e Frentes Emergenciais de Trabalho. Hoje, o MTD já está organizado em outros Estados, como na Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, e está se desenvolvendo também em Minas Gerais, no Paraná e em Santa Catarina. Com oito anos de organização, o MTD vem se consolidando como um movimento social, popular urbano e de massas.

Grande parte dos que se organizam no MTD são mulheres, na maioria negras e desempregadas, de famílias que vivem em situação de miséria⁸. Mesmo assim, há homens organizados, o que o torna um Movimento misto de trabalhadores e trabalhadoras. As pessoas realizam os mais diversos tipos de trabalho, mais precisamente, trabalho informal, ou seja, “bicos”, como faxineiras, cuidadoras de crianças, lavadoras de roupa, pedreiros, serventes e outros que vão aparecendo. Muitas pessoas também estão organizadas em Grupos de Produção e de Comercialização: padarias, confecção e artesanato, reciclagem, agricultura urbana. O trabalho⁹ ultrapassa a relação da produção, ligando-se com o modelo de sociedade que se busca construir e caracterizando-se como a matriz da formação do ser humano. O trabalho organizado de forma coletiva cooperada é, para o Movimento, gerador de novos valores, cultura, consciência e relações sociais, além de possibilitar a elevação da qualidade de reprodução material da vida.

⁶ A emergência do Movimento foi uma decorrência do desemprego estrutural motivado pela direção dada ao processo de desenvolvimento capitalista, a partir de meados de 1970. Este processo ficou conhecido como neoliberalismo.

⁷ Síntese feita a partir de quatro reuniões realizadas com o setor de formação do Movimento entre janeiro e dezembro de 2008.

⁸ Miséria é entendida pelo Movimento como a ausência de condições para a reprodução da vida material e também como a ausência de condições para a apropriação da cultura legitimada pela sociedade.

⁹ O trabalho aqui se apresenta numa perspectiva marxista, o trabalho produtor de existência, é pelo trabalho que os sujeitos se constituem.

Mesmo com esta concepção de trabalho, o Movimento carrega consigo uma grande dificuldade de construir processos coletivos de trabalho, de modo que as dificuldades são muitas. Para além dos recursos financeiros, é necessário desenvolver um processo de resgate dos trabalhadores e trabalhadoras que historicamente ficaram à margem dos processos de desenvolvimento econômico-social, colocando-os como sujeitos sociais e protagonistas que avancem para a produção segundo os princípios da autogestão e da cooperação buscando a emancipação e novas relações sociais, políticas, econômicas e ambientais.

A realidade das pessoas

A realidade destas pessoas é de baixa qualificação profissional; baixa escolaridade; precariedade no acesso a informações e a políticas públicas; ausência de condições estruturais para gestar e consolidar alternativas de trabalho. Vivem o drama da violência urbana, da falta de infraestrutura básica, como creches públicas para atendimento das crianças de 0 a 6 anos, da falta de escola pública, de saúde, de saneamento, de casa popular. Os problemas apresentados tratam da própria miséria e da precariedade em que vivem milhares de pessoas no Brasil. Soma-se a isso, ainda, a problemática ambiental vivida pelo conjunto da sociedade, em especial nas periferias. A escolaridade dessas pessoas é de no máximo o ensino fundamental nas séries iniciais¹⁰, e o estímulo à frequência das crianças e adolescentes à escola é frágil. Estas pessoas vivem, geralmente, em vilas ou bairros pobres e nas periferias das cidades, o que faz com que sejam os últimos sujeitos a serem atendidas no tocante às necessidades básicas de sobrevivência humana pelas políticas públicas.

A experiência do Movimento neste processo de organização da população desempregada das periferias mostra que é fundamental elevar as condições básicas de vida. Quanto mais fome, miséria e desemprego, maior a violência, desorganização e desagregação das pessoas. Dentro do processo de acesso a recursos e investimentos, o MTD já participou de vários projetos, também nas mais diferentes áreas, mas sempre com o foco na geração de trabalho e renda.

Os sujeitos do MTD: Quem são?

¹⁰ Das 43 famílias existentes no assentamento Portal dos Pinheiros, 90% não concluiu o ensino fundamental, 8% concluiu o ensino médio, e apenas 2% das crianças estão na escola e enfrentam escola, enfrentando muita dificuldade.

Compreendemos por sujeito aquele que na relação dialética se constitui com o outro (SARTE, 2002, p. 248-249). Parte-se da concepção dialética do sujeito. Por um lado, temos a experiência perturbadora da subjetividade constitutiva da nossa identidade composta por e dilacerada entre os procedimentos da colonização que os genocídios da expansão capitalista impõem como ponto de partida. Por outro, a capacidade de resistência destes sujeitos que, conformados por sua condição miserável do mundo, onde o que prevalece é o mando e a obediência, resistem a estes processos de opressão e marginalização, recriando formas de viver, “*os jeitos*”. Trata-se de uma relação dialética, mesmo que negadora. E, se o nosso ponto de partida é a relação entre mando e obediência como elementos culturais, ela será também referência para o processo de desterritorialização, alienação, adaptação, conformismo, individualismo dos sujeitos em estudo.

Crises e controvérsias passadas compõem os dilemas do presente. Somos um país atravessado pela cultura da opressão. Nascemos, segundo Pires (2000), ao som de um ritmo caótico dos conflitos causados pela presença do invasor. E, excluídos, excluímos: o índio, o pobre, o negro, os diferentes.

a) *Sujeitos adaptados e criativos, conformados, mas resistentes*

Perguntar é condição de pesquisa. Mesmo quando esbarramos em situações como “*ah, eu sou assim*”, ou “*Deus quis assim*”, ou “*a vida é assim*”, “*vai se levando né, fazer o quê?*”, “*já to muito velho, né, para voltar pro colégio*”, a pergunta é fundamental para quem pesquisa. E expressões como estas são muito normais no meio popular, pois as pessoas têm suas visões de mundo, crenças e histórias conformadas.

Percebemos que os quatro conceitos se entrelaçam entre si, mesmo que a conotação ambígua surja. A adaptação é um movimento de acomodação, de não questionamento de sua condição de estar sendo no mundo: “*me criei na Lagoa dos Barros, lá trabalhando, cuidando de fazenda e aí vim vindo se levando, fazer o que, né?*”. Assim, sou como Paulo Freire, incisiva em afirmar a necessidade de se abandonar a ingenuidade e à a adaptação ao mundo, para, vendo-o de modo diferente, poder pensá-lo, refletir sobre ele e, enfim, atuar sobre ele, como ser político e histórico. Como lembra Freire (2000, p. 90): “*Por isso, é na inserção no mundo e não na adaptação a ele que nos tornamos seres históricos e éticos, capazes de optar, de decidir, de romper*”, de romper com toda a visão de estaticidade e de *status quo* que nos é imposta e inculcada sorrateiramente, de romper com a “*irreflexão*” do cotidiano.

Paulo Freire ainda tece suas críticas à ideia de fatalidade e determinismo (conformismo) que permeia certas correntes filosóficas. Segundo ele, estas ideias se encontram arraigadas no seio da sociedade atual, especialmente por meio das frases “*graças a deus, vamos levando*”, “*naquela época era assim*”, “*daí vim vindo*”, “*aquele tempo não ir à escola era normal*”, “*a gente precisava trabalhar cedo*”, “*casou cedo*”, “*meu pai era alcoólatra e depois meu marido também era*”, as quais ele rejeita veementemente, denunciando-as como um discurso opressor para desmotivar os oprimidos. Estes discursos são reproduzidos pelos próprios oprimidos, dificultando sua organização e sua luta pela mudança, que é difícil, mas possível. Freire chega até a afirmar que

não gostaria de ser homem ou de ser mulher, se a impossibilidade de mudar o mundo fosse algo tão óbvio quanto é óbvio que os sábados precedem os domingos. Não gostaria de ser mulher ou homem se a impossibilidade de mudar o mundo fosse verdade objetiva, que puramente se constatasse e em torno de que nada se pudesse discutir. Gosto de ser gente, pelo contrário, porque mudar o mundo é tão difícil quanto possível. É a relação entre a dificuldade e a possibilidade de mudar o mundo que coloca a questão da importância do papel da consciência na história, a questão da decisão, da opção, a questão da ética e da educação e de seus limites (FREIRE, 2000, p. 39).

A dimensão dialética que surge nestes primeiros depoimentos sobre conformismo e resistência não é falha nem defeito, afirma Chauí (2000), não é também dicotomia, nem dualismo, porque não se fundam em definições imprecisas de um lado um conceito e de outro, outro conceito, como sendo resultado de uma análise da realidade social que deforma o sentido da maneira que convém melhor à ideologia do pesquisador(a). Assim “[...] *pegavam muito no pé os guris lá dos fazendeiros, mas nem por isso a vida ficou parada né?, me casei com 16 anos, com 17 tive meu primeiro filho, fazer o que, né?*”. Dialética, portanto, é a forma de existência dos objetos da percepção e da cultura. Percepção e cultura são elas também, dialéticas, constituídas não de elementos ou de partes separáveis, mas de dimensões simultâneas que, como dizia ainda Merleau-Ponty, somente serão alcançadas por uma racionalidade alargada, para além do intelectualismo e do empirismo (CHAUÍ, p. 123).

O vocabulário “ambíguo” não goza de boa reputação. Sinônimo de incerto, indeterminado, duvidoso, dúplice, sugere o que é pouco rigoroso, do ponto de vista teórico, e pouco digno de confiança, no plano moral. Costuma ser substituído pelo termo “complexo”, para

sugerir paciência e agudeza no exame dos fatos, recusa de simplificações. Intelectualismo e empirismo abominam as “facilidades” que a palavra *ambigüidade* sugere. A ela contrapõem alternativas, dicotomias: a clareza e a distinção das idéias e das coisas exigem que sejam ou *isto* ou *aquilo*. Jamais isto e aquilo ao mesmo tempo e na mesma relação (CHAUÍ, 1986, p.121).

Continuemos: ora,

seres e objetivos culturais nunca são dados, são *postos* por práticas sociais e históricas, determinadas por formas de sociabilidade, da relação intersubjetiva, grupal, de classe, da relação com o visível e o invisível, com o tempo e o espaço, com o possível e o impossível, com o necessário e o contingente. Para que algo seja *isto* ou *aquilo* e *isto e aquilo* é preciso que seja assim posto ou constituído pelas práticas sociais (CHAUÍ, 1986, p. 122).

Percebemos que por estes sujeitos passam adaptação, conformismo e resistências, ora mais próximas, ora ambíguas. Vão relatando suas histórias de vida e seus percursos sem mínimas reflexões, como resultantes delas. É visível na análise a falta de cidadania, por exemplo, a ausência de escola quando se queria ir para a escola e o trabalho infantil quando se queria viver a infância: “*logo aos 7 anos tive que ir cuidar de criança*”, “*tive meu primeiro filho com 18 anos*”, “*fazer o que, né? naquela época era o que sobrava*”, “*fui levando*”, “*logo aos 7 anos fui cuidar de crianças*”, “*a escola era para os filhos dos fazendeiros*”. Neste sentido, percebemos que a ausência da cidadania, para as classes populares da sociedade brasileira, vai formando indivíduos adaptados e conformados ao sistema capitalista.

b) Sujeitos e seu espaço social: *tensões entre desterritorialização/territorialização, individualismo indiferente e consciência ingênua*

A capacidade destes sujeitos de pensar sobre seu espaço e, ao mesmo tempo, tomá-lo como algo fora dele mesmo será os sentidos que o conceito de consciência tomará. Com isso, a consciência teórica dos processos de formação do Movimento pode, sim, estar invertida. Daí por que se faz novamente necessário olharmos para estes sujeitos.

Individualistas na origem, estas pessoas não conseguem construir processos coletivos de trabalho¹¹, nem mesmo conseguem construir laços de solidariedade entre si.

¹¹ Max discute a importância da cooperação entre os homens na derrubada do capital. A cooperação, segundo Marx, expropria o poder criador coletivo que tem como fundamento necessário a desestruturação

O individualismo indiferente é compreendido pelos pesquisadores sob a ótica do capitalismo, aproximando também a “consciência ingênua da realidade”. Isso é uma constatação que nasce das análises realizadas dos sujeitos. Estes sujeitos possuem, sim, consciência ingênua e nela se conformam. A partir disso, tomamos como referência o que Marx chama de consciência teórica invertida. A consciência teórica está invertida, porque o mundo está invertido. Neste sentido, a crítica marxista é simultaneamente a crítica da realidade e uma crítica da consciência da realidade tomada pelos homens e mulheres. Estas realidades seriam, em última instância, os fatores determinantes da “consciência”, ou, nas palavras do próprio Marx e de Engels: “Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência” (MARX e ENGELS, 1989). Portanto, não se pode negar que o materialismo histórico fundou suas bases na premissa de que é do “ser social” que se ergue a “consciência”, e não o contrário.

A “renúncia do homem a si mesmo”, tradução do termo alemão *Selbstentfremdung*, que quer dizer “tornar-se estranho a si mesmo”. *Fremd* quer dizer “estranho, estrangeiro”, e *Selbstentfremdung* quer dizer o ato pelo qual eu me torno estranho de mim mesmo, o que, no mais, é em Marx a alienação, portanto, o emprego de ressignificação se estende a esta ideia. Marx diz que, no trabalhador como mercadoria, o que é abandonado é a forma mais ou menos circular do raciocínio através do qual as distintas formas de alienação se condicionavam mutuamente. O que aparece como núcleo que irradia e que funda mesmo aquelas distintas formas é o nexos social, que define e especifica a sociabilidade capitalista: o valor da troca, o dinheiro. Portanto, o vínculo social entre os indivíduos assume a forma de coisa.

Nesta reflexão, ser estrangeiro tem a ver com o território; estes sujeitos do assentamento se sentem estrangeiros a este território. Temos de levar em conta que, historicamente, estes sujeitos estiveram desterritorializados, migrando de tempos em tempos, destituindo-se permanentemente de suas relações sociais, mudando de um lugar periférico a outro forçadamente em busca de melhores condições de vida. Hoje, estar territorializados (assentados) significa um enorme desafio, pois, acostumados à desterritorialização, sentem dificuldade em construir novas relações, laços de solidariedade, de construir “uma nova forma de viver juntos” onde a solidariedade e a cooperação sejam os princípios de existência em grupo. São estrangeiros no seu próprio território, apesar de ter percepções importantes sobre ele.

e a desorganicidade da forma individualista indiferente. Estes são momentos que vivem os momentos vividos pelos indivíduos no processo de construções de coletividade.

Sobre o individualismo sob a ótica do capitalismo, afirma Marx que “[...] o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais, o possui enquanto é proprietário de valores de troca, de dinheiro. Seu poder social, assim como seu nexos com a sociedade, o leva consigo no bolso” (MARX e ENGELS, 1989, p. 84).

Portanto, para além da proposta marxista de consciência, mas junto com ela, concluímos que não poderemos julgar os homens e as mulheres pela ideia que eles fazem deles mesmos. Julgam-se homens e mulheres pela realidade, que é construída a partir do eu e do outro e das condições materiais de existência, desse modo, da objetividade-subjetividade¹².

c) *Sujeitos em movimento: diálogo/ antidiálogo*¹³

O processo de comunicação humana também não pode estar isento dos condicionamentos socioculturais. Na comunicação, que se faz por meio de palavras, não pode ser rompida a relação pensamento-linguagem-contexto não pode ser rompida. Portanto, o diálogo não pode ser estendido de um sujeito a outro, por exemplo, de A para B. Assim, o diálogo como conceito de análise pode ser compreendido em falas como “comecei a participar nas reuniões para me inteirar um pouco mais”; “há dois anos que estou aqui e já aprendi muita coisa boa nas conversas de grupo”; “por ser uma experiência muito boa”, “gosto de participar destes encontros”. Estes sujeitos estão disponíveis para o diálogo, percebemos a disposição dos mesmos na fala e no olhar de esperança no grupo.

Portanto, compreendemos o diálogo como

uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade. Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso só o diálogo comunica. E quando os dois pólos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se, então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação (FREIRE, 1980, p. 107).

E ainda como,

¹² Concepção de sujeito. Como se vê, o marxismo de Sartre buscava reintroduzir o homem no interior da teoria do materialismo histórico. Não um homem abstrato e fetichizado, típico da filosofia idealista, mas o homem histórico, condicionado e condicionante da sua existência real.

¹³ *Matriz antidiológica*, esta será a intenção nesta análise. Pedagogia do Oprimido. Capítulo IV.

o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos. Este encontro amoroso não pode ser, por isto mesmo, um encontro de inconciliáveis. Não há, nem pode haver, invasão cultural dialógica; não já há manipulação, nem conquista dialógicas: estes são termos que se excluem (FREIRE, 1980, p. 32).

Para o diálogo precisamos realizar um processo de escuta – paciente e de pergunta intencional. O que estamos querendo dizer aqui é que exige-se do Movimento e dos envolvidos com este processo uma paciência histórica e silenciosa. Calar-se para ouvir o que estes sujeitos têm a dizer sobre o mais íntimo de seus processos de constituição significa colocar-se em diálogo. O ato de leitura verdadeira do mundo pelo(a) educador(a), num sentido freireano, compromete o leitor com o texto lido; o ato de compreensão do texto torna o leitor sujeito do texto lido. Portanto, a leitura desta realidade bem como sua escuta exige do Movimento silêncio e pergunta. Isto significa colocarmos em pergunta questões como: Que produção coletiva? Se quem produz na área coletiva do assentamento, segundo os próprios entrevistados, são três indivíduos apenas? Do que mesmo estamos falando? Porque é tão difícil, quase impossível construir processos coletivos de vida e de produção? E a solidariedade, como a constrói? Será possível construir uma nova cultura que possibilite a construção de uma nova forma de viver, a partir dos sujeitos que moram no assentamento?

Do mesmo modo, *uma liderança revolucionária* que não seja dialógica com as massas, ou mantém a “sombra” do dominador “dentro” de si e não é revolucionária, ou está redondamente equivocada e, presa de uma sectarização indiscutivelmente mórbida, também não é revolucionária (FREIRE, 1983, p. 75; grifo meu).

Estes sujeitos – homens e mulheres –, portanto, são criadores da história e da cultura; seres naturalmente pedagógicos, históricos, incompletos, inacabados, dialógicos/antidialógicos (na tensão), sujeitos protagonistas e de possibilidades e capazes de ampliação de diálogo, devido a sua capacidade natural de relação, pois o ser humano se faz humano é na relação com o mundo histórico-social e na convivência com as demais pessoas. Mas nunca é demais lembrar a famosa passagem da abertura do *18 Brumário* de Marx: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1997).

Considerações finais

Segundo Geertz (1999), “a investigação não se encerra, necessariamente, com o prestar contas às agências financiadoras, escrever o documento final, apresentar os resultados em reuniões científicas, escrever artigos, apesar de essas atividades serem fundamentais”.

Trata-se de uma pesquisa em movimento, para compreender o próprio Movimento. Neste trabalho, tentamos mergulhar na *gênese do Movimento dos Trabalhadores Desempregados* no Brasil, o processo histórico que contribui para a gestação do Movimento e dos sujeitos.

Portanto, a grande intenção desta pesquisa foi conhecer “mais” os trabalhadores desempregados, não apenas como sujeitos de aprendizagens, mas como sujeitos humanos, sociais, culturais e históricos.

Conhecê-los na concretude de suas existências. Conhecer a história social da infância, da adolescência e juventude. Não apenas como o imaginário social e a mídia constroem e impõem suas imagens de infância, adolescência e juventude e como o mercado configura demandas, músicas e roupas, gestos e culturas. Mais do que isso, como educadores (as) conhecer a fundo as possibilidades e limites materiais, sociais e culturais de ser gente, de humanizar-se ou desumanizar-se, de desenvolverem-se como humanos. As condições e os limites concretos dados à infância, às diversas infâncias, adolescências e juventudes das cidades e dos campos (ARROYO, 2000, p. 244).

Concluimos este trabalho reafirmando que o MTD é um movimento social e popular de classe, um movimento que é formado por homens e mulheres pobres da periferia. Buscamos nele a compreensão de *quem são as pessoas que o compõem*. Fomos em busca dos homens e das mulheres concretos, de carne e osso, de sonhos e desejos. Estes sujeitos da base se mostram como protagonistas de um tempo de possibilidades, como sujeitos resistentes e criativos; adaptados e conformados; sujeitos individualistas; sujeitos na tensão desterritorializados/territorializados; sujeitos de diálogos/antidiálogos. Partimos da ideia de que o desemprego é uma “invenção social”; concluimos, portanto que os homens e mulheres “pesquisados” são produtos de um processo permanente de exclusão social. Assim, a situação de desemprego e também a década de 1990, isoladamente, não definem a identidade destes sujeitos. Por isso, o

assentamento pode ser compreendido como espaço social elaborado pelos homens e mulheres históricos e sociais situados e datados que moram lá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. *Ofício de mestre: imagens e auto-imagens*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 251 p.

MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

BORGES, I. C. *Análise da evolução da desigualdade e da pobreza no Brasil nos anos 90*. Viçosa: UFV, 1999. (Relatório de Projeto de Iniciação Científica-convenio [Científica-Convênio] UFV/CNPq)

BOITO Jr., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2002 (1999), 149p.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*. São Paulo: Cortez, 1990. 309p

_____. *Autoritarismo 500 anos: o mito fundador*. São Paulo: Cortez, 2000. 103p

_____. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 179p

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 150 p.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade: e outros escritos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p.149

FRIGOTTO, Gaudêncio (coord.). *A educação e o trabalho no contexto da globalização: anais das conferências*. Frederico Westfalen: URI, 2000.

_____. A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. In: *A experiência do trabalho e a educação básica*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 305-315p.

_____. *Trabalho e educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito*. Rio de Janeiro: UFF, 1997. Conferência.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1999. 366p

GUIMARÃES, N. A. e H. Hirata (orgs.). *Desemprego: Trajetórias, Biografias e Mobilização*, São Paulo, Editora do Senac (Série *Trabalho & Sociedade*), 2006. p. 186.

MACHADO, Rita de Cássia Fraga. *Demitidos da vida: Quem são os sujeitos da base do MTD?* Porto Alegre-rs. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, 2009. 136p

MARX, K. *Manuscripts de 1844*. Paris: Flammarion, 1996.

_____. *O capital: livro I, v. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 432p.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1, v. 1. São Paulo: Difel, 1979.

MARX, K. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. 6. ed. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.156p.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Trad. Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

PIRES, Cecília Maria Pinto. As aporias da revolução: rupturas dialéticas e ritualização do poder. *Filosofia UNISINOS*, São Leopoldo, v. 5, n. 9, p. 99-112, 2004.

_____. Subjetividade e poder. *Revista Filosofando*, IFIBE, v. 16, p. 25-35, 2000.

PEDRÃO, Fernando. *A Dialética do Colonialismo e a Colônia no Brasil*. Disponível em: http://www.ba.org.br/docs/A_dialetica_do_%20colonialismo.doc>, acessado em: 31.04.2009

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. *Pobreza urbana*, São Paulo/Recife: Hucitec/UFPE/CNPU, 1978.

_____. Entrevista com SEABRA, Odete, CARVALHO, Mônica e LEITE, José Corrêa. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 21.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2009.

_____. *A territorialização/desterritorialização da exclusão/inclusão social no processo de construção de uma cultura emancipatória*. Comunicação proferida no seminário Estudos Territoriais de Desigualdades Sociais. São Paulo, PUC, 16 e 17 de maio, 2001. Disponível em: <http://www.cedest.info/Boaventura.pdf>. Acesso em: 30.05.2009.

SARTRE, Jean-Paul. *Crítica da razão dialética*: precedido por questões de método. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira; apresentação da edição brasileira, Gerd Bornheim. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.